



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE SETEMBRO DE 2000

#### Sessão Solene de Boas-Vindas a Suas Majestades os Reis de Espanha

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinto

### SUMÁRIO

Às 10 horas e 45 minutos, e dando início à sessão solene de boas-vindas a Suas Majestades os Reis de Espanha, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), Sua Majestade o Rei de Espanha (Juan Carlos), o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Vice-Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI e o Adjunto do Presidente da Assembleia da República para os Negócios Estrangeiros.

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados, Ministros e Secretários de Estado, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Ministro da República para os Açores, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas, o Provedor de Justiça, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, o Tenente-General Fernando S. Rodrigues em representação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Conselheiro de Estado Marcelo Rebelo de Sousa, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o

Governador Civil de Lisboa, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da Comissão Nacional de Dados Pessoais Informatizados, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres e o Comandante-Geral da GNR.

Encontravam-se ainda presentes, nas tribunas A e B, Sua Majestade a Rainha de Espanha, o ex-Presidente da República Mário Soares, os ex-Presidentes da Assembleia da República Francisco de Oliveira Dias e Leonardo Ribeiro de Almeida, o Embaixador de Portugal em Espanha, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarida Almeida Santos e altas individualidades espanholas.

Constituída a Mesa, na qual Sua Majestade o Rei de Espanha tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

Seguiram-se os discursos do Sr. Presidente da Assembleia da República e de Sua Majestade o Rei de Espanha.

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 30 minutos, tendo sido, de novo, executados os hinos dos dois países pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

O Sr. **Presidente**: — Declaro aberta esta sessão de recepção e homenagem a Suas Majestades o Rei e a Rainha de Espanha.

*Eram 10 horas e 45 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Agostinho Moreira Gonçalves  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
Alexandre António Alves Chaves  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
António Alves Marques Júnior  
António Alves Martinho  
António Bento da Silva Galamba  
António de Almeida Santos  
António Fernandes da Silva Braga  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
António Fernando Menezes Rodrigues  
António Manuel Dias Baptista  
António Manuel do Carmo Saleiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
Carla Maria Nunes Tavares Gaspar  
Carlos Alberto  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
Carlos Manuel Luís  
Casimiro Francisco Ramos  
Cláudio Ramos Monteiro  
Eduarda Maria Castro de Sousa  
Eduardo Ribeiro Pereira  
Emanuel Silva Martins  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
Helena Maria Mesquita Ribeiro  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida  
Isabel Maria dos Santos Barata  
Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
João Alberto Martins Sobral  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Francisco Gomes Benavente  
João Macedo Lourenço  
João Pedro da Silva Correia  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
João Rui Gaspar de Almeida  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
Jorge Lação Costa  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos da Cruz Lavrador  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
José da Conceição Saraiva  
José de Matos Leitão  
José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Ernesto Figueira dos Reis  
José Manuel Pires Epifânio  
José Manuel Rosa do Egípto  
José Manuel Santos de Magalhães  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Rodrigues Pereira dos Penedos  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Luísa Pinheiro Portugal  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel António dos Santos  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa  
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
Maria Luísa Silva Vasconcelos  
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
Nelson Madeira Baltazar  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Rui Manuel Leal Marquero  
Teresa Maria Neto Venda  
Victor Brito de Moura  
Vitor Manuel Caio Roque  
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Smedo

**Partido Social Democrata (PSD):**

Álvaro dos Santos Amaro  
Ana Maria Martins Narciso  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António de Carvalho Martins  
António D'Orey Capucho  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Manuel da Cruz Silva  
António Manuel Santana Abelha  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
Armando Manuel Dinis Vieira  
Arménio dos Santos  
Artur Ryder Torres Pereira  
Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Carlos José das Neves Martins  
Carlos Manuel Marta Gonçalves  
Domingos Duarte Lima

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maças  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido do Centro Democrático Social (CDS-PP):

Altino Bernardo Lemos Bessa  
 António Herculano Gonçalves

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomas Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr. **Presidente**: — Majestades, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores de Espanha e de Portugal, e demais Representantes do Corpo Diplomático, Srs. ex-Presidentes da República e da Assembleia da República, Excelências, Demais Autoridades Cíveis, Políticas e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Assembleia da República sente-se desvanecida e honrada por poder receber, em visita oficial, Suas Majestades o Rei D. Juan Carlos e a Rainha D. Sofia de Espanha.

As recordações, e certamente as saudades do tempo da juventude vivida em Portugal, têm trazido Vossa Majestade ao nosso país em outras oportunidades. É então o amigo de Portugal que nos visita. Aquele que um dia disse que visitar Portugal «é quase como regressar a casa».

Hoje, é diferente. Vem também o amigo. Mas vem com ele o Chefe de Estado da Nação irmã. Tudo se passa como se esta própria viesse. Não apenas — o que é usual — através dos seus turistas, dos seus profissionais ou dos seus trabalhadores, mas daquele que simboliza e representa o povo irmão, todo ele.

Não é esta, no entanto, a única diferença. No passado, havia entre nós fronteiras, onde zelosos funcionários nos exigiam o *permit* de passar de um lado a outro. Hoje, a viatura que nos transporta não afrouxa, as antigas alfândegas levantaram as cancelas. Ainda estamos em Espanha ou já em Portugal? Ou existe uma placa que nos esclarece ou não é fácil saber. O que era uma barreira é hoje uma linha imaginária.

No passado, os nossos reis fizeram o que puderam para reunificar os dois reinos. Batalhas, pactos matrimoniais, jogos dinásticos. Mas sem êxito. De repente, descobrimos que o caminho era outro, sintetizável na fórmula a que hoje se chama «dois em um». Descobrimos que podíamos salvaguardar a nossa recíproca independência, e até cultivar a nossa tão preciosa identidade, unindo-nos no quadro de um espaço mais vasto: o da grande «nação» europeia.

Somos hoje, portugueses e espanhóis, cidadãos comuns dessa nação física, histórica, cultural e política. Nela e em função dela elegemos e somos eleitos. Participamos de um *soit disant* governo comum. Temos uma só moeda e uma só política monetária, além de outras políticas igualmente comuns. Pusemos em comum uma substancial fatia dos

nossos sistemas jurídicos e das nossas prerrogativas soberanas. E fizemo-lo com a clara consciência de que tomávamos um comboio em andamento que está longe do ponto de chegada.

Tudo isto, e o que vem aí, por longínquo impulso nosso. Em concreto por, na era de quinhentos, termos querido vencer o medo, conhecer o ignoto, devassar os mistérios do mar sem fim, ir até ao fim do mar, arredondar o orbe. Por termos, afinal, lançado o processo da globalização do universo, que agora parece apostado em se aproximar do seu ponto de chegada. O mercado mundial é um só? As trocas comerciais universalizaram-se? As mais longínquas civilizações entraram em contacto? As mais diversas religiões entraram em confronto? Fomos nós, portugueses e espanhóis, os artífices dessa revolução copernicana.

Não é ainda claro que a consumação do processo de globalização seja em definitivo boa ou má! Do que não há dúvida é de que a reconversão do mundo que foi e ainda é, no mundo que há-de ser, e em parte já é, se não fará sem sacrifício e sem dor.

O salto de um mundo compartimentado em unidades soberanas e fechadas para um mundo aberto e não murado, em que o que era nacional se vai internacionalizando, pode representar o salto para uma sedutora utopia do mundo só. Mas pode ser também, ainda que transitoriamente, o salto para os abismos de novas confrontações incontornáveis.

Uma coisa é certa: a melhor defesa contra rupturas catastróficas é mesmo a união económica e política de grandes espaços regionais — na Europa, na Ásia, na América Latina, noutros continentes e noutras regiões — como forma de evitar que cada país que se une tenha de enfrentar sozinho a competição com todos os outros.

Sempre a aventura nos seduziu. Pois bem, de todas as nossas aventuras, a mais exaltante e sedutora é porventura esta de completarmos o que começámos. Acabar de arredondar o mundo. Ir à frente na devassa do ignoto, que agora já não é o espaço, mas o tempo. Já não o presente, mas o futuro.

O momento mais difícil da amizade entre irmãos é sempre o da partilha. Foi também dolorosa a nossa. Tratava-se de separar territórios, numa época em que o princípio da territorialidade era a expressão máxima do poder. Hoje, deixou de ser assim. O poder está agora mais ligado ao conhecimento e à informação do que ao território e ao poder sobre ele.

Fomos dignos adversários, quando tivemos de sê-lo. Batemo-nos com galhardia, bravos na terra como no mar, mas sem termos perdido nunca o sentido da nossa fraternidade de origem. Partimos do mesmo sangue, da mesma língua, da mesma casa materna. Compartilhamos, hoje ainda, características identitárias e valores civilizacionais comuns que são motivo de orgulho.

Decerto por isso, fomos capazes de alternar horas de rivalidade, e até de luta, com horas de afectividade e de concórdia.

Só assim se explica que, há mais de setecentos anos, em Alcanices, os reis de Portugal e de Castela, D. Diniz e D. Afonso — onde isso vai! —, tenham sido capazes de trocar povoações e seus termos, e de delimitar para sempre as nossas fronteiras comuns. Onde encontrar outro exemplo nas relações de vizinhança entre Estados contíguos?

Não menos revelador da nossa recíproca capacidade de regular por acordo as nossas divergências e disputas é esse

espantoso Tratado de Tordesilhas! Um dos primeiros e o mais abrangente de todos os acordos internacionais de sempre. Por ele, Espanha e Portugal não apenas partilharam as terras havidas, mas as terras a haver. Dividiram, a dois, os espaços sem fim por eles descobertos e a descobrir.

Quando hoje pensamos nisso, consciencializamos até que ponto as nossas pátrias foram grandes. Nada nos detinha. Nem o medo nem o mito. Mais forte do que tudo isso foi o nosso ânimo, a coragem dos nossos, a vontade irresistível de irmos sempre mais além. Durante mais de um século o mar foi nosso. E a história regista que respeitámos a partilha feita. Durante séculos outros, marcámos presença nas sete partidas — na América, na Ásia, na África, na Oceania. Difícil será hoje encontrar um lugar da Terra onde portugueses ou espanhóis, ou ambos, não tenham deixado o traço da sua presença, da sua valentia, ou da sua fé.

Quem pode não ter orgulho em pátrias assim?

Mas nem só a glória nos identifica e nos une. Também o sofrimento, a história trágico-marítima. Também a crueldade: a escravatura e a inquisição. Também a saga colonial, no que teve de bom e de mau. Também, mais recentemente, as décadas de obscurantismo e de opressão. Também a longa espera de uma aurora de liberdade. Mas mais a ama quem a perde.

Mas, essa aurora raiou em Portugal e em Espanha de modo singular. Em Portugal, por um movimento militar sem sangue. Em Espanha, nem sangue nem movimento militar: uma transição que combinou em termos hábeis a evolução e a ruptura. «Ruptura pactuada» se lhe chamou.

Esse «suave milagre» político e sociológico teve causas e teve artífices.

Figuram entre as causas: a abertura económica do franquismo a partir do início da década de sessenta; a memória das atrocidades da guerra civil que entronizou o franquismo e o medo do seu regresso; o exemplo, pela positiva e pela negativa, da revolução dos cravos — pela positiva enquanto ponto final na ditadura que durante quase meio século oprimiu Portugal, pela negativa pelo receio dos excessos cometidos no decurso do processo revolucionário português; também a ausência do contencioso colonial que envenenou o *post* 25 de Abril em Portugal; o facto de Franco, ao contrário de Salazar, ter procurado resolver, ainda que à sua maneira, naturalmente, o problema da sua própria sucessão; a atitude patriótica e facilitante de D. Juan de Bourbon abdicando, no exílio, dos seus direitos dinásticos, a favor de Vossa Majestade, assegurando assim à nova chefatura do Estado legitimidade histórica; a compreensão dos partidos da oposição espanhola, abdicando de repor a velha questão do regime — monárquico ou republicano — para privilegiarem a instituição de um sistema democrático e pluralista de governo; a própria consciência da classe política franquista e da igreja oficial espanhola de que a continuação do regime totalitário franquista era a partir de então inviável; a pressão da opinião pública europeia e internacional, e sobretudo da opinião pública interna; a opção estratégica por não questionar de imediato a legalidade franquista, não pedir responsabilidades aos autores e executores dessa legalidade, não colocar em causa o vigente sistema económico e social, não repor — repito — a polémica monarquia-república, e até por uma intencional ambiguidade sobre a natureza constituinte ou não constituinte das novas Cortes saídas das primeiras eleições democráticas e livres.

Merece destaque entre os artífices o Primeiro-Ministro Adolfo Suarez, pela sagacidade com que definiu e executou uma política de ambiguidade e de pequenos passos, baseada

na Lei da Associação Política e na Lei da Reforma Política, ambas de 1976, uma política de «gradual deslizamento» para um Estado social e democrático de direito.

Isso a que o ex-Embaixador de Espanha em Portugal, Raul Morodo, num importante livro sobre *A transição Política em Espanha*, que tive a honra de apresentar na versão portuguesa, caracterizou como uma forma de «manter a legalidade totalitária (...) e introduzir vias reformistas e correctoras, mas controladas».

Mas nada disso teria sido possível, nem o papel de Suarez, nem o papel da oposição ao franquismo, nem o comportamento dos seus arautos, nem, para tudo englobar, a atitude em geral sábia e prudente do nobre povo de Espanha, sem a inspiração, a mediação, a intervenção institucional e efectiva, enfim, a autoridade suprema de Vossa Majestade.

*Aplausos do PS e do PSD.*

Se tudo se passou evitando rupturas, se tudo radicalmente mudou sem que seja identificável um momento ou um facto como sendo os da passagem do velho ao novo, ou de um regime a outro, esse «suave milagre» — repito — ficou a dever-se fundamentalmente ao que Raul Morodo caracteriza como «a atitude de reconciliação nacional e democratizadora» da figura e do papel do Rei.

Pensando melhor, esse momento e esse facto existiram. E existiram ambos porque existiu e falhou a tentativa de golpe de Estado, com envolvimento de altas patentes militares, que teve lugar em 23 de Fevereiro de 1981, transformando o Congresso dos Deputados, por um dia, em «câmara de reféns».

Esse acidente do percurso de transição regime a regime, veio afinal a funcionar, como diz Morodo, como «um exercício de catarse, doloroso e trágico, mas (...) paradoxalmente, constituiu um revulsivo para a consolidação do regime democrático, para a tomada de consciência, pelos principais protagonistas políticos, de que, quando periga o fundamental, se impõe a solidariedade em defesa do que é património de todos». Algum desencanto com as dificuldades do regime nascente «evaporou-se instantaneamente». É ele ainda quem o diz.

Um novo encanto se viu, aliás, reforçado: o encanto pela firmeza e coragem com que Vossa Majestade reagiu e se impôs nesse momento difícil.

O golpe putchista de 23 de Fevereiro acabaria assim por consolidar os objectivos e valores que visava combater. Também a história escreve direito por linhas tortas.

Irmãos no sangue e na aventura, Portugal e a Espanha voltaram a sê-lo na nova opção continental. Há quinhentos anos, o apelo irresistível vinha do mar. Cinco séculos depois, o «velho do Restelo», figura mítica do imortal poema de Camões, teve enfim razão: importante é a terra.

Acho eu que não teve a razão toda. É-me difícil conceber o Portugal e a Espanha de hoje sem a glória do seu passado marítimo. Sem o pendor universalista do seu contacto com as setes partidas. Sem as «odisseias» verdadeiras — não fictas, como as gregas — que escrevemos a golpes de generosidade, ambição e coragem. Sem as relações privilegiadas que hoje temos com a África, a América Latina e o resto do mundo. Sem o respeito que ainda hoje nos é devotado pelos que conhecem a nossa história. Isto por um lado.

Por outro, continuo a não considerar finda, ou gasta, a nossa vertente atlântica. Por mais que o nosso futuro

esteja ligado ao exaltante projecto continental da construção da União Europeia, continuaremos a valer tanto mais na Europa quanto mais valermos as nossas relações privilegiadas com a África e a América, ou seja, com as duas margens do nosso tão familiar Atlântico. Se já não há Índias ou Américas por descobrir, talvez seja chegado o momento exacto de nos descobrirmos a nós próprios.

Por que fomos nós os primeiros? Por que fomos os melhores durante tanto tempo? Que virtudes e potencialidades acumulámos no contacto multiseccular com outras raças, outros povos, outras civilizações, outras línguas, outros mundos? Se fomos capazes de ser os primeiros nas tecnologias da era de quinhentos, que nos impede de tentarmos voltar a sê-lo em plena era do conhecimento?

Deslumbrados com os triunfos alcançados, esquecemo-nos por tempo demais de voltar a tentar. Estão aí os novos desafios da modernidade. Que nos impede de aceitá-los, como aceitámos outros bem mais difíceis de vencer?

Que nos impede de retomarmos o ensino da nossa história e de refundarmos o orgulho colectivo dos nossos cidadãos por ela? Está em crise o ensino livresco? Recorramos ao cinema, à televisão, à *internet*, aos novos sucedâneos do livro.

Por que não uma grande metragem luso-espanhola sobre a viagem de Magalhães? Outra luso-brasileira sobre a viagem de Cabral? Outras sobre as viagens do Gama ou do Vespúcio? Outras ainda registando sucessos, ou mesmo insucessos, que mereçam ser conhecidos, e por isso contados?

São projectos caros? Acho eu que não tem preço a reposição justificada do orgulho nacional de pátrias como as nossas.

Outrora — era tempo disso — praticámos a chamada política do sigilo. Guardámos ciosamente os segredos do que iam descobrindo. A política, agora, tem de ser a contrária, a da difusão, não apenas a nível peninsular mas mundial, dos feitos que nos engrandeceram no passado e marcaram etapas da história da civilização, e não menos das novas maravilhas da ciência e da tecnologia que dignificam o homem moderno.

A biotecnologia está aí a decifrar os últimos mistérios da vida, com a mesma avidez de saber com que na era de quinhentos desvendámos os segredos da terra e do mar. O mais maravilhoso da era moderna é mesmo a globalização do conhecimento.

Majestade: Portugal e a Espanha atravessam um excepcional momento das suas relações. Sem disputas territoriais dentro e fora da Península. Sem ambições potencialmente conflituais. Alinhados em política externa e de defesa, enquanto não chega a hora de políticas europeias comuns nesses domínios. Com relações comerciais privilegiadas, assumindo a Espanha o primeiro lugar nas importações e o segundo lugar nas exportações portuguesas. Ligados por parcerias e investimentos comuns, tanto na Península como fora dela. Com relações culturais que, sendo insatisfatórias, têm registado importantes progressos. Em trânsito para a regulação por acordo da utilização dos recursos hídricos e piscatórios comuns. A programar novas vias de ligação rodo e ferroviária, segundo padrões da mais avançada modernidade. Apoiando mútua e reciprocamente candidaturas a órgãos internacionais. Com participação comum em fóruns internacionais do maior relevo: a ONU, o Conselho da Europa, a NATO, a UEO, a UIP, o Ibero-Americano, o Euro-Mediterrâneo, e outros ainda. Com relações interparlamentares privilegiadas que nos

enchem de orgulho e com um confortável alinhamento na perspectiva do alargamento e da revisão institucional da União Europeia, dificilmente procuraremos outro momento da nossa história com o caminho mais aplanado para sermos, sem reservas, povos real e afectivamente irmãos.

Também por isso, esta visita oficial de Vossa Majestade e de Sua Majestade a Rainha — a quem reverentemente saúdo — a Portugal e ao seu Parlamento, aqui onde é mais perfeito o simbolismo de uma visita a todo o povo português, se reveste do maior significado. Dela retiramos inultrapassável satisfação e suprema honra.

Sois bem-vindo, Majestade. O nosso acendrado republicanismo não nos impede de Vos termos no coração.

*Aplausos gerais.*

É meu privilégio não tanto dar a palavra a Sua Majestade o Rei de Espanha, mas pedir-lhe que use dela. É sua a palavra, Majestade.

Sua Majestade o **Rei de Espanha** (Juan Carlos): — Sr. Presidente,

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Agradeço, do fundo do coração, as vossas amáveis palavras de boas-vindas.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.*

Esta Assembleia, que encarna a soberania nacional portuguesa, e que com tanta e mesura e ponderação protagonizou a transição política de Portugal, contribuiu tanto para a consolidação dos seus valores democráticos como para o seu crescente bem-estar e desenvolvimento dentro da União Europeia.

Gostaria também de deixar aqui expresso o meu emocionado agradecimento pelas palavras de elogio que me foram dirigidas por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e que, no meu entendimento, devem ser dirigidas a todo o povo espanhol.

Esta é a minha terceira visita à Assembleia da República Portuguesa e a segunda ocasião em que tenho a grande honra de dirigir-me ao seu Plenário. É, para mim, um enorme privilégio, e estou consciente de que se trata de um facto excepcional.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje em dia não seria possível compreender o muito que avançamos sem recordar o longo, e por vezes difícil, caminho que os nossos países percorreram.

No ano passado, Portugal festejou o quarto de século transcorrido desde o 25 de Abril. As intensas vivências e as valiosas recordações permanecem vivas. Desde Espanha, seguimos com emoção a sucessão de acontecimentos que agitavam Portugal: eu e a Rainha, em Madrid; os meu país, no Estoril.

Como é possível não recordar, ao evocar aqueles dias históricos, os belos versos de Sôphía de Mello Breyner: «Esta é a madrugada que eu esperava/o dia inicial inteiro e limpo/onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo».

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quando realizei a minha primeira visita de Estado a este querido país, em Maio de 1978, Portugal e Espanha avançavam de forma decidida na construção dos seus respectivos sistemas democráticos. Portugal gozava de certa vantagem, pois havia já dois anos que tinha aprovado a sua Constituição, enquanto que a Espanha só o faria alguns meses mais tarde.

Portugal e Espanha decidiram partilhar plenamente os valores democráticos da Europa, na qual aspirávamos integrar-nos, inspirados na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Anos depois, na minha segunda visita de Estado a este país, em Maio de 1989, tive a ocasião de sublinhar, nesta Assembleia, a caminhada iniciada por Portugal e Espanha, desta vez em simultâneo, ao aderirem à Comunidade Europeia.

Se durante os anos 70 as vontades de ambos os Estados estavam concentradas na consolidação dos seus respectivos sistemas democráticos, na década de 80 ambos os países decidiram culminar a passagem histórica da sua adesão à Europa comunitária, passo este que seria igualmente decisivo para o aprofundamento das relações luso-espanholas.

Portugal e Espanha, com a riqueza das suas respectivas e fortes individualidades, talhadas ao longo dos séculos, incorporaram-se num aliciante projecto comum, cimentado na vontade firme dos seus Parlamentos nacionais. Duas grandes e velhas nações europeias, que partilham tantos valores comuns com os restantes Estados-membros, culminam, desta feita, o seu pleno reencontro com a história deste nosso continente. A essência e a dimensão universal da Europa jamais se poderia compreender sem o contributo decisivo das culturas dos nossos dois países.

Hoje, na nossa terceira visita de Estado, vive-se um período de maturidade nas nossas relações bilaterais, de consolidação do mútuo entendimento entre os nossos dois povos.

Estes últimos lustros do século XX, na perspectiva da longa história dos dois Estados, podem parecer um período relativamente curto. No entanto, implicaram mudanças profundas nos nossos vínculos bilaterais. Avançamos por bom caminho, e a nossa realidade actual já faz parte de um futuro há muito anelado.

A sólida cooperação entre Portugal e Espanha, demonstrada nas 16 cimeiras anuais bilaterais celebradas até ao momento presente, traduz-se não só no elevado grau de compenetração, tanto no plano bilateral, como na nossa pertença comum à União Europeia, como também no nosso papel na Aliança Atlântica e no desenvolvimento da nossa profunda vocação ibero-americana reflectida nas cimeiras realizadas com esses países irmãos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: São os nossos próprios concidadãos que nos movem a conformar novas oportunidades de cooperação em benefício mútuo, apoiadas no muito que já se avançou neste terreno.

Os governos de Portugal e de Espanha, ao longo destes anos, têm vindo a imprimir o seu vigoroso alento a estas aspirações, levadas a cabo por VV. Ex.<sup>as</sup>, como representantes da soberania nacional.

Assim o manifestam os acordos sobre as ligações terrestres entre ambos os países, duas das quais já estão abertas à circulação (Madrid-Lisboa e Lisboa-A Coruña); o projecto do comboio de alta velocidade entre as nossas capitais, objecto de intensos estudos desenvolvidos pelos dois Estados; e o incremento das ligações aéreas. Estas são apenas algumas das muitas iniciativas de interesse comum que potenciaram as nossas vias de conexão, rompendo, finalmente, com a secular dificuldade de comunicação física entre os nossos dois países.

Outro resultado tangível dessas cimeiras bilaterais foi a aprovação de acordos para o desenvolvimento do gás natural, que cruzou o Estreito de Gibraltar e já flui pelos nossos dois países. De especial transcendência histórica

foi, igualmente, o acordo alcançado em matéria de aproveitamento dos recursos hídricos das bacias comuns, assinado na Cimeira de Albufeira, em 1998.

Sirvam, pois, estes exemplos, para demonstrar que as nossas relações bilaterais apresentam uma nova dinâmica, sem precedentes no passado, e um crescente fluxo de intercâmbios humanos que atingiu um dos seus pontos culminantes na esplendorosa Expo de Lisboa, em 1998, cuja projecção universal cativou cerca de um milhão de espanhóis, incluindo eu próprio, que nos deslocámos até esta cidade para a visitar.

Foram muitos os logros alcançados, mas as nossas relações bilaterais estão vocacionadas para o estabelecimento de novas pontes de entendimento em benefício mútuo, pontes estas que devem construir-se sobre tudo aquilo que sirva para o enriquecimento das nossas respectivas identidades nacionais. Portugal mostra-nos uma via eficaz para cumprir este objectivo, com o atraente programa intitulado «Perfil de Portugal 2000», que terá lugar em Madrid durante o próximo mês de Outubro.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O trabalho das câmaras parlamentares dos dois países constitui o melhor e mais sólido fundamento para aprofundar ainda mais as nossas relações; trata-se de um trabalho que realça os esforços da diplomacia parlamentar, no seu contributo para um melhor entendimento entre os nossos povos.

Por conseguinte, o trabalho do Grupo Parlamentar de Amizade Luso-Espanhol é um excelente contributo para a aprofundamento do conhecimento das vontades, interesses e preocupações de ambos os povos e uma magnífica oportunidade para intercambiar as iniciativas ou perspectivas que nos permitirão enfrentar os novos desafios a que ambos os Estados terão de fazer frente nos próximos anos.

Os nossos dois Parlamentos constituem o foro por antonomásia para a melhor compreensão das sensibilidades e esperanças dos nossos concidadãos. Representam, também, a vanguarda dos sistemas democráticos e pluralistas plenamente consolidados, nos quais têm cabimento a defesa pacífica de todas as ideias, mas não há lugar para a violência que atenta contra a convivência democrática dos cidadãos.

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do PCP.*

Refiro-me à violência terrorista, contra a qual não se devem permitir fissuras ou matizes. Nós, os democratas, temos de permanecer firmemente unidos na defesa do sistema dos valores que partilhamos, garantia dos direitos humanos e âmbito da privilegiada liberdade e prosperidade que a tanto custo lográmos alcançar.

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do PCP.*

Como democratas que somos, não podemos tolerar os assassinios e o terror. Contra a violência terrorista, permaneceremos firmemente unidos na defesa da democracia e da liberdade, num marco de respeito para com o Estado de direito, salvaguardado pelas nossas Constituições.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Entre os vários assuntos de Estado de interesse comum, o projecto europeu ocupa um lugar de destaque. Neste espaço, ambos os países, respeitando as suas identidades nacionais, aprenderam a conhecer-se mais e melhor, e a trabalhar juntos. Hoje em dia,

Portugal e Espanha acrescentaram às suas relações as esperanças e os objectivos próprios de um vasto horizonte comum: a construção europeia.

Portugal desempenha um papel especialmente importante, devido tanto ao alcance do compromisso europeísta revelado pelas suas iniciativas e propostas como à eficácia demonstrada quando é preciso pô-las em prática.

Assim, em nome de Espanha, desejo felicitar Portugal pelo trabalho levado a cabo durante a recente presidência da União Europeia, que presentemente aspira a uma nova ampliação que nos enriquecerá a todos. Foi uma presidência marcada pelo objectivo de construir uma Europa mais justa e solidária, baseada na inovação, no conhecimento, no pleno emprego, na coesão social e no aumento do nível de liberdade e de segurança dos cidadãos, mediante um crescente esforço nas áreas da justiça e do interior.

No passado semestre, a União Europeia deu, igualmente, passos muito significativos para o desenvolvimento da política externa e da segurança comum, cujas decisões se destinavam a desenvolver uma capacidade própria no que diz respeito à gestão de crises civis e militares, apoiadas numa decidida vocação de paz a favor dos povos que sofrem a ameaça constante da força ou os horrores da guerra.

A tudo isto há que somar a especial sensibilidade de Portugal em relação ao continente africano, que permitiu a celebração da primeira cimeira entre a União Europeia e África. Os seus resultados são especialmente esperançosos, pois apontam para a construção de uma sólida relação entre ambos os continentes, à qual os nossos dois países, por razões de proximidade geográfica e vínculos históricos, são particularmente sensíveis.

Portugal foi assumindo novas e importantes responsabilidades à escala internacional, centradas na construção de um mundo melhor e na defesa dos valores universais presididos pela paz e pela solidariedade. Entre elas, sobressai a participação das suas Forças Armadas em missões de paz, sobretudo na antiga Jugoslávia, onde soube demonstrar a sua eficácia e generosidade nas situações mais delicadas. Nelas, ao lado de outros países, encontraram os seus companheiros de armas espanhóis.

Mas desejaria insistir num dos grandes êxitos de Portugal. Saudamos com emoção a culminação do processo de descolonização de Timor Oriental.

*Aplausos gerais.*

Após 25 anos, Portugal conseguiu superar com sucesso uma travessia repleta de dificuldades e demonstrou as virtudes e a eficácia da sua política externa, executada por uma antiga e sólida diplomacia, apoiada pelo bom entendimento das forças políticas desta Câmara.

Ainda em relação à presença de Portugal no exterior, não posso esquecer a devolução de Macau à China, que o vosso país soube tratar com uma delicadeza, correcção e dignidade que a ninguém escapou.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de concluir a minha intervenção, permitam-me que expresse aqui os meus melhores votos pelo êxito das vossas tarefas parlamentares, e, ao mesmo tempo, nesta hora de maduro entendimento entre as nossas nações, rogo-vos que transmitam as saudações de Espanha ao povo de Portugal, que VV. Ex.<sup>as</sup> encarnam plenamente na rica pluralidade das orientações políticas representadas nesta Assembleia.



Gostaria de terminar com a expressiva síntese encerrada nas palavras de Eduardo Lourenço, ao dizer que: «O futuro de Portugal foi desde cedo 'o lá fora', a distância, nossa ou alheia. Foi a Índia, o Brasil, a África, recentemente e a vários títulos, a Europa. Fomos juntos futuro e por tê-lo sido continuamos sendo-o».

Perante um tal futuro, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, VV. Ex.<sup>as</sup> podem contar com a certeza de que a Espanha está hoje, e sempre, do lado desta grande nação europeia, vizinha, aliada e amiga, que é Portugal.

Muito obrigado.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente: — Com pena de que tenha chegado ao fim, declaro encerrada esta sessão.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Bernardes Costa  
António Jorge Freire de Brito Calvete  
António José Gavino Paixão  
Dinis Manuel Prata Costa  
Filipe Mesquita Vital  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
José Aurélio da Silva Barros Moura  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Vitor Manuel Alves Peixoto

**Partido Social Democrata (PSD):**

Adão José Fonseca Silva  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
David Jorge Mascarenhas dos Santos  
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Feliciano José Barreiras Duarte  
João Bosco Soares Mota Amaral  
José de Almeida Cesário  
José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
Manuel Joaquim Barata Frexes  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Rui Fernando da Silva Rio

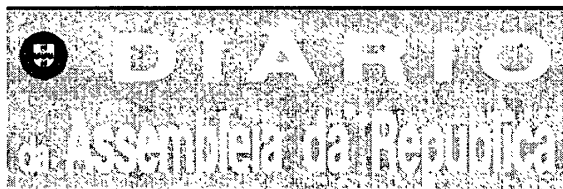
**Partido Comunista Português (PCP):**

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

**Partido do Centro Democrático Social (CDS-PP):**

José Martins Pires da Silva  
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL**



Depósito legal n.º 8818/85

**IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 80\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa